



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 140 NÚMERO 3070 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
SETEMBRO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Ana Sezudo

Diz que o governo tem “uma visão muito marcada pelo assistencialismo”. É presidente da maior organização portuguesa de pessoas com deficiência. Ana Sezudo encabeça a Associação Portuguesa de Deficientes que dá voz a um setor da população que permanece invisibilizado e discriminado. **págs. 8 e 9**



LEGISLATIVAS 2019

A caminho das eleições legislativas

Não são eleições para escolher o primeiro-ministro ou o governo. São quase 11 milhões os eleitores que têm encontro marcado para eleger 230 deputados à Assembleia da República a 6 de outubro. Se a partici-

pação democrática é muito mais do que a ida às urnas, o momento em que se introduz o voto é também uma escolha que pode determinar mudanças e é uma forma de avaliar o que pensam os que votam. **págs. 6 e 7**



Museus em debate no país

Enquanto mais de 18 mil pessoas assinam contra o futuro Museu Salazar, o Museu do Neo-realismo, em Vila Franca de Xira, mantém um importante trabalho de divulgação desta corrente artística e seu contexto. O silêncio do governo choca com a intenção da autarquia lisboeta de pôr em causa a Biblioteca Museu República e Resistência. **pág. 13**



Sócios exigem municipalização

Centenas de sócios e adeptos do clube herdeiro do Estrela da Amadora exigem a compra do Estádio José Gomes por parte da autarquia. A mobilização local surge depois de uma leiloeira ter posto o equipamento desportivo à venda por 6 milhões de euros. O clube sublinhou que o “estádio é a casa do Estrela”. **pág. 11**



A VOZ DO OPERÁRIO Modelo heterogéneo na creche

A heterogeneidade vai ser implementada nas creches do Laranjeiro, do Lavradio e da Baixa da Banheira. Esta decisão foi preparada em conjunto, num esforço democrático para levar a experiência a estes três espaços. **pág. 4**



Arde o pulmão do planeta

A Amazônia está na mira do agronegócio e dos interesses comerciais norte-americanos na exploração da maior floresta tropical do mundo. Num ano, o total de área ardida triplicou. Os especialistas avisam que nem meio século chega para reverter a devastação que o “Capitão Motosserra”, Jair Bolsonaro, catapultou para o topo das preocupações mundiais. **pág. 14**

Tem a voz o povo, por um futuro melhor

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

O povo português vai de novo ser chamado a votar, no próximo dia 6 de outubro, para eleger os deputados para a Assembleia da República.

Há quatro anos, cumpriu-se a vontade dos trabalhadores e do povo português, que com a sua luta e o seu voto, puseram fim à desastrosa governação da coligação PSD/CDS e à sua política de exploração e empobrecimento.

Nestes quatro anos, em resultado das muitas lutas desenvolvidas pelo nosso povo, foi possível concretizar, embora de forma limitada, um conjunto de medidas que traduzem uma real melhoria das condições de vida dos portugueses.

Deram-se passos na recuperação de salários, na valorização de reformas, pensões e prestações sociais, no desagravamento fiscal sobre os rendimentos do trabalho e na reposição e recuperação de um conjunto de direitos extorquidos, novos passes sociais, mais baratos e abrangentes, medidas que permitiram dinamizar a economia e a criação de emprego, confirmando a importância de uma política de valorização dos rendimentos dos trabalhadores e das populações no desenvolvimento económico e social.

Por outro lado, demonstrou-se a existência de um rumo diferente daquele que a União Europeia apresentou como único e inevitável.

No decurso de um processo intenso de luta pela defesa e valorização do Serviço Nacional de Saúde (SNS), foi agora aprovada uma nova Lei de Bases da Saúde, onde ficou inscrito o princípio da gestão pública do SNS.

Trata-se de uma lei progressista, que defende e valoriza o SNS, com normas em que se destacam a integração dos cuidados, a valorização dos profissionais e o caminhar para a sua dedicação exclusiva, o financiamento público, a criação dos sistemas locais de saúde, a isenção de taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e atos por si referenciados.

De salientar ainda a fixação do princípio que o Estado só recorre aos setores privado e social de forma supletiva e temporariamente e enquanto o SNS não tiver capacidade de resposta.

A lei só por si não é suficiente para resolver os problemas. Para isso, é pre-

ciso que sejam aplicados os vários princípios que o novo regime estipula e que não se continue com a mesma estratégia nos últimos 30 anos, designadamente o subfinanciamento do SNS e a limitação à entrada de novos funcionários.

Tem sido determinante a luta que os trabalhadores e povo travam pela defesa, reposição e conquista de rendimentos e direitos, por melhores condições de trabalho e de vida, e pelo desenvolvimento do País. Uma luta que importa prosseguir, tanto mais que os passos dados são claramente insuficientes, não resolvendo as questões de fundo, designadamente as que se referem à política laboral.

A alteração do Código do Trabalho, agora promulgada, assume particular gravidade, satisfazendo as principais exigências do grande patronato, mantendo a caducidade da contratação coletiva, recusando a aplicação do princípio do tratamento mais favorável, não assegurando uma efetiva política de combate à precariedade.

Ao contrário do interesse dos trabalhadores, esta alteração acalenta a política de baixos salários e trabalho precário, colidindo com princípios e normas da Constituição da República Portuguesa, como é o caso da segurança no emprego e do direito de contratação coletiva e o alargamento do período experimental para 180 dias.

A contestação a esta lei de retrocesso social apela à mobilização dos trabalhadores para o seu combate e solicitação da sua fiscalização sucessiva pelo Tribunal Constitucional.

Só uma política de elevação de direitos, salários e rendimentos assegura um crescimento económico mais substancial e um desenvolvimento sólido, soltando o País das amarras das imposições da União Europeia e dos seus instrumentos de ingerência que limitam e impedem a resposta plena aos problemas nacionais, em favor dos interesses do grande capital.

No próximo dia 6 de outubro vamos votar e dar corpo à luta travada pelos trabalhadores e o Povo, a qual foi determinante para os avanços alcançados nos últimos anos, que embora limitados e insuficientes, mostram um caminho que é necessário para libertar o País dos constrangimentos que impedem o seu desenvolvimento, para avançar no sentido dos valores de Abril, da soberania, da justiça social, do progresso e da paz.

EDITORIAL

Combater o medo com alegria

Arde a Amazônia para gáudio do agronegócio, Boris Johnson suspende a democracia no Reino Unido, morrem milhares no Mediterrâneo e as desigualdades crescem em todo o mundo. Não há tempo para o improviso. Vivemos tempos caiados de mentiras e as nossas escolhas individuais determinam o porvir coletivo.

As eleições legislativas que se realizam dentro de um mês não são o único espaço de participação política, nem a democracia se esgota em processos eleitorais, mas seríamos ingénuos se pensássemos que a escolha da composição da próxima Assembleia da República não é uma batalha em que os nossos votos podem contar. Apesar dos constrangimentos cada vez maiores que o poder económico exerce sobre o poder político, importa recordar, como afirmou Antonio Gramsci, que o que se passa à nossa volta “não acontece tanto porque alguns querem que aconteça” mas antes “porque a massa dos homens abdica da sua vontade”.

É hoje óbvio que de nada serve apelar ao fim da abstenção e dizer que os políticos são todos iguais se as nossas escolhas viverem entre a apatia e a submissão. Geralmente, é para que se abdique de apostar na diferença que nos fazem acreditar que não há diferença. Em tempos em que a verdade vale tão pouco, importa, pois, deixar os sentidos abertos e estudar atentamente as ideias que nos apresentam para não cairmos na habitual cilada da espetacularização da política em que se fala mais dos candidatos do que das ideias que representam.

Chegar a setembro n’A Voz do Operário é também abrir as portas à alegria contagiante dos espaços educativos da instituição. Matam-se saudades dos amigos e recebem-se novos elementos nesta grande família espalhada pela Graça, Restelo, Ajuda, Baixa da Banheira, Lavradio e Laranjeiro. Crianças e adultos encetam, uma vez mais, um novo ciclo de aprendizagens e experiências num modelo que promove a participação e uma maior autonomia dos alunos.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



MÚSICA

Para uma História da Associação Portuguesa Gaita-de-foles



Desde 2018 que há aulas de Gaita-de-foles n'A Voz do Operário

Henrique Soares Oliveira, Gaiteiro
Francisco Pimenta, Gaiteiro

Presentemente, a Escola de Música e o Grupo Musical continuam a representar as suas principais actividades regulares, em estreita parceria com A Voz do Operário. As inscrições estão abertas e para mais informações, os interessados podem dirigir-se à Secretaria d'A Voz na Graça ou através de contacto@gaitadefoles.net

Na década de 1990, Paulo Marinho (Sétima Legião e Gaiteiros de Lisboa) foi o aglutinador de um grupo de entusiastas da gaita de fole. Organizou então diversos cursos intensivos sobre o instrumento, onde participaram muitos daqueles que viriam a juntar-se ao seu projecto de formar uma Associação. Em 1997, na Xuventude da Galiza - Centro Galego de Lisboa, começou a leccionar aulas de gaita de fole a ex-alunos dos cursos intensivos, dando origem à banda Gaitafolia, surgida no ano seguinte, com o objectivo de dar a conhecer o repertório português para gaita, que veio a participar na Expo 98. Esta "Banda de Gaitas" viria a reunir uma vintena de gaiteiros e percussionistas em formação, realizando mais de duas centenas de apresentações em diversos países, em representação da Associação Portuguesa para o Estudo e Divulgação da Gaita-de-foles, finalmente oficializada em 1999 a partir do grupo inicial de entusiastas.

Subjacente ao trabalho do grupo musical, outras actividades importantes foram desenvolvidas desde

o início: o levantamento de documentação histórica, o "mapeamento" dos gaiteiros portugueses de tradição oral, alguns deles oportunamente visitados pela Associação; e a criação de uma oficina de construção de gaitas de fole, onde se evidenciou o trabalho de Vítor Félix, um dos alunos e integrantes da banda, com experiência na construção de cordofones. Acompanhado por Paulo Marinho, que o apresentou a diversos construtores de gaitas de Fole na Galiza, nomeadamente Antón Corral, encetou um trabalho de investigação, experimentação e aprimoramento que viria a servir de base à construção de um tipo de "gaita de fole transmontana", assim designado pela própria Associação, e largamente difundido logo nos anos iniciais de Gaitafolia.

Seguir-se-ia a criação de um site especializado em gaita de fole, com destaque para os contextos e práticas presentes em Portugal, da responsabilidade de Miguel Costa, e a edição de uma revista, em 2001, coordenada por Paulo Lopes.

Ainda nesse ano, a Associação organiza a primeira edição do Encontro Nacional de Gaiteiros, em parceria com outras entidades. Foi um evento marcante que juntou, pela primeira vez, gaiteiros tradicionais de todo o país. Em cada evento reuniram-se cerca de cem instrumentistas tradicionais, entre tocadores de gaita de fole, caixa e bombo. Estes eram provenientes de diversos pontos do país, permitindo uma tomada de consciência desses gaiteiros em relação às

práticas das outras regiões, mas também o contacto directo da Associação com essas práticas, que foram registadas para memória e trabalhos futuros. O primeiro Encontro teve lugar no Pinhal Novo (Palmela), em 2001, seguido de duas edições em Santa Maria da Feira, em 2002 e 2003. O quarto Encontro teve lugar no Fundão, em 2004, após o que seguiu uma quinta edição, novamente no Pinhal Novo, em 2009.

Também em 2009 é editado pela Tradisom um livro multimédia, da autoria da própria Associação, sobre um dos últimos gaiteiros tradicionais da Estremadura: Joaquim Roque - O Último Gaiteiro Tradicional de Torres Vedras.

No mesmo período, regista-se a expansão da Escola de Gaitas, com a abertura de novos cursos, apoiados em métodos de ensino desenvolvidos pela Associação, com número crescente de alunos.

As actividades de divulgação têm incluído ainda a organização de exposições de gaitas de fole portuguesas e do mundo, contando-se entre as mais significativas as que tiveram lugar no Aeroporto de Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Padrão dos Descobrimentos.

De destacar também a criação das oficinas musicais "Do Fundo do Baú", destinadas ao público infantil-juvenil, realizadas em escolas e museus.

Actualmente a Associação é representada pela Orquestra de Foles, com CD de 2015, sendo formada por alunos e professores, sucedendo assim a Gaitafolia e outros projectos nascidos no seu seio.

Mais recentemente, publicou o Cancioneiro de Gaita-de-foles (2018), com cem partituras para gaita de fole de repertório exclusivamente português.

Ainda no âmbito editorial, encontra-se em preparação a edição da Coleção Gaiteiros da Estremadura, com início em 2020, que resulta de vinte anos de pesquisa, tantos quanto a própria existência da Associação, a qual comemora assim duas décadas de intensa dedicação à gaita de fole em Portugal.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

VOZ

Greve de operárias da Ramiro Leão em 1915: Uma luta espoletada n'A Voz do Operário



Arquivo Municipal de Lisboa (Benoliel, Joshua. 1873-1932, fotógrafo)

Operárias da indústria têxtil em 1911, diante do Parlamento em luta pela redução do horário de trabalho para 8 horas

Luís Carvalho, investigador

A “questão” começou com um texto publicado n'A *Voz do Operário*, na edição de 11 de Julho de 1915. Era uma carta assinada pelo “pai de uma costureira”. Referia-se às operárias de uma fábrica que laborava na Colina de Santana, em Lisboa, pertença de uma grande casa comercial do Chiado, a Ramiro Leão & C.^a.

Denunciava que essas operárias tinham de pagar as linhas de costura que utilizavam no seu trabalho (80 a 90 centavos por semana). E que eram agora ameaçadas de virem a ter de pagar também uma caução para fazer face às eventuais avarias nas máquinas com que trabalham. Isto quando o salário semanal que recebiam andava apenas entre 185 e 220 centavos. Somando os prolongados horários e as más condições de trabalho, eram vidas de miséria.

O sindicato

Na edição seguinte d'A *Voz* (18 de Julho) respondeu Adelaide Abrantes, dirigente do sindicato (na altura dizia-se “associação de classe”) das “Costureiras e Ajuntadeiras”. Era preciso que não tivessem medo e viessem para o sindicato. Argumentava que o Sr. Ramiro Leão não trataria tão mal as suas operárias se estas estivessem organizadas, “pois que sem patrão pode-se produzir, mas o patrão é que não pode viver sem os produtores”. E chamava as operárias a uma reunião na sede do sindicato, na Rua do Benfornoso.

Terão acudido ao chamamento “mais de cem” operárias da Ramiro Leão & C.^a. E vieram com mais relatos da falta de respeito com que eram tratadas. Até o direito de ir à casa de banho estava em causa, pois tinham sido arrancadas as portas das retretes, retirando-lhes a privacidade mais básica.

A luta

N'A *Voz do Operário* de 8 de Agosto, o sindicato das costureiras anunciava que tinha entrado “em luta, em defesa das suas companheiras”. Note-se que era um sindicato dito reformista. As suas dirigentes formavam um núcleo duro da União de Mulheres Socialistas. Pretendia fazer umas sessões de propaganda pelas freguesias de Lisboa, procurando que mais operárias se esclarecessem e se unissem no sindicato.

Formou-se também uma comissão com operárias de várias fábricas para promover uma lei que limitasse o horário de trabalho a 8 horas diárias. Dessa comissão faziam parte três operárias da Ramiro Leão & C.^a. E foi então que os acontecimentos se precipitaram...

O gerente da fábrica despediu essas três operárias. A seu ver eram umas “irredutíveis revolucionárias” e “elementos de perturbação”.

Foi em protesto contra esse despedimento e em solidariedade com as suas vítimas que se deu a greve.

A greve

“No dia seguinte, antes das seis horas [da manhã], já um numeroso grupo de operárias estacionava junto dos portões” da fábrica, “afim de participar ao pessoal restante quais as suas resoluções e evitando assim que alguém fosse trabalhar”. Era a greve! E parecia um sucesso, a fábrica Ramiro Leão & C.^a parou!

Não tardou a vir a polícia. Mas ficou apenas assistindo, afinal estava diante de um protesto pacífico. Pelas dez da manhã compareceu no local um piquete de cavalaria da GNR. Mais uns 15 minutos e chegou também um corpo de infantaria da GNR. O pacífico protesto das operárias durou cerca de quatro horas e meia. Acabou varrido aos empurrões pela força militar.

Foi assim que as costureiras da Ramiro Leão & C.^a foram derrotadas. Umas entraram para a fábrica, outras fugiram, já só uma minoria voltou a reunir-se no sindicato. Aí se formaram duas comissões de operárias. Uma foi procurar o sr. Ramiro Leão mas este recusou-se a reconhecer o sindicato e a falar com a sua presidente. A outra comissão procurou o governador civil. Foi recebida pelo secretário. Este terá ficado admirado “como para uma simples questão de mulheres era preciso cavalaria, infantaria, polícia fardada”!

Em resumo, no dia seguinte a maioria das operárias voltava à fábrica e à miséria habitual.

O caminho

É de sublinhar, porém, que uma dúzia de operárias da Ramiro Leão & C.^a se demitiram em solidariedade com as suas três colegas despedidas. E abalançaram-se à ideia de formarem uma cooperativa. Desconheço até que ponto essa ideia foi avante. Mas não teria sido propriamente inédita. Durante décadas prosperou em Lisboa uma cooperativa de produção de operários chapeleiros que também surgiu assim, a partir de um conflito laboral.

A greve de operárias da Ramiro Leão & C.^a em 1915 foi derrotada. Mas fez parte das lutas de trabalhadores que abriram caminho para em 1919 ser decretada a sua grande reivindicação: uma lei que limitava o horário de trabalho a 8 horas diárias.

Merecem ser recordadas.

As três operárias despedidas foram Miquelina Furtao, Laurinda Pinheiro e Lúcia Martins.

As doze operárias que se demitiram em solidariedade com elas foram: Luísa Martins, Alice Pinto, Amália Ferreira, Alice Gonçalves, Mariana da Silva, Esperança Rosa, Celeste dos Santos, América Mourão, Argentina Mourão, Helena Veloso e Isabel Veloso Martins Alves.

ENSINO

Heterogeneidade na creche: construção da resposta nas escolas d'A Voz



Espaço Educativo do Laranjeiro

Vítor Hugo, Coordenador dos Espaços Educativos da Baixa da Banheira, Lavradio e Laranjeiro

A creche é uma resposta de natureza socioeducativa dirigida a crianças até aos 3 anos. Apesar da legislação em vigor não estabelecer uma organização única, habitualmente as crianças encontram-se distribuídas pelas salas por faixa etária. A sala de berçário acolhe crianças até aos 12 meses, uma sala – geralmente denominada por “sala de aquisição da marcha” – acolhe as crianças até aos 2 anos e outra sala junta as crianças até aos 3 anos.

A idade é, neste caso, o fator orientador podendo levar à conceção determinista que as crianças dentro de uma determinada faixa etária têm todas as mesmas competências, as mesmas necessidades, experiências e referenciais similares. É esta a realidade que podemos observar na maioria das instituições.

Contudo, é consensual que a heterogeneidade que caracteriza estes grupos de crianças é enorme e resulta quer de fatores individuais como de fatores contextuais. Em cada sala podemos encontrar crianças com quase um ano de diferença. Cada criança é o produto da sua própria realidade, do seu contexto familiar, das suas experiências e interesses.

Neste sentido, se estamos perante uma realidade na sua natureza heterogénea, por que razão mantemos em muitos casos a organização da creche em salas por faixa etária sem questionar os pressupostos que lhe estão subjacentes?

Foi a partir da análise desta perspetiva paradoxal que temos vindo a refletir sobre o modo como organizamos a resposta de creche na Voz do Operário.

A interação entre crianças com diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo, social e moral é potenciador do desenvolvimento. Se por um lado as crianças mais novas vêm aumentadas as suas oportunidades de aquisição de novas aprendizagem e competências por via da interação

continuada e estruturada com as crianças mais velhas, estas últimas têm nesta relação a oportunidade de solidificar aquisições previamente realizadas experienciando de forma mais consistente processos metacognitivos fundamentais, isto é, revivendo e integrando aprendizagens.

Ao longo do ano letivo que passou levámos a cabo uma reflexão profunda sobre a realidade das creches d'A Voz do Operário na margem sul (Laranjeiro, Baixa da Banheira e Lavradio). A partir da experiência já em curso nas creches d'A Voz do Operário na Ajuda e no Restelo procurámos criar condições para iniciar este ano letivo com a creche organizada de outra forma. As crianças passam a partir de agora a estar distribuídas por salas não em função da sua faixa etária. As salas integrarão crianças dos 12 meses aos 3 anos. O berçário (crianças até aos 12 meses) continua a ser – por razões de natureza logística – uma sala separada sendo, no entanto, suposto que estas crianças interajam com os colegas de forma mais objetiva, isto é, sempre que possível (uma vez que uma importante parte do tempo é dedicado à satisfação de necessidades básicas), estas crianças partilhem o mesmo espaço físico e participem nas atividades da creche em conjunto e de forma estruturada com as crianças mais velhas.

Foi um processo de reflexão coletiva que envolveu educadoras, independentemente da resposta social a que se encontram afetas, pessoal auxiliar, outros técnicos e famílias. Deste processo resultou a assunção que a organização das crianças por idades conduz, mesmo que de forma inconsciente, à sobreposição do nível de desenvolvimento do grupo em detrimento do nível de desenvolvimento individual levando a que, em alguns casos, a planificação e organização das atividades e o estabelecimento de objetivos possa ser enviesado pela perspetiva pré-determinada de que as necessidades do grupo são definidas pela faixa etária que o caracteriza. Desta reflexão resultou a re-conceptualização do tra-

balho em creche procurando-o alinhar de forma mais objetiva com os princípios e filosofia preconizados pelo modelo pedagógico adotado pela Voz do Operário.

Da reflexão coletiva surgiu também a necessidade de tornar mais consistente a comunicação, procurando que o processo de mudança fosse claro para todos. Foram realizadas diversas sessões de discussão coletiva envolvendo todos os trabalhadores independentemente das suas funções. A partir dos contributos gerados foi possível complexificar o processo de construção da mudança tornando-o então mais sólido e claro.

O envolvimento das famílias foi igualmente fundamental. As preocupações apresentadas já eram esperadas. O receio de que as crianças mais novas possam ser “esquecidas” no contexto de uma dinâmica de trabalho que inclui crianças com níveis de desenvolvimento tão diferente ou que as crianças mais velhas possam ter menos oportunidades de desenvolvimento porque o grupo possa caminhar ao ritmo dos mais novos foi facilmente ultrapassado. Para isso contribuiu o grande entusiasmo dos trabalhadores.

Procurou-se igualmente analisar as condições físicas existentes e as necessidades de intervenção nos espaços de modo a torná-los mais adequados. Neste sentido foram realizadas pequenas obras de adaptação do e adquirido algum mobiliário e materiais.

Neste momento coloca-se um desafio enorme à Voz do Operário. É essencial que a reflexão coletiva se mantenha, que se continuem a questionar as opções e decisões, problematizando-as tendo em vista ações que potenciem de forma real a oportunidade que agora se gera com a recusa da normatividade e determinismo da organização virtual e fictícia das crianças por idades, ciclos ou mesmo anos de escolaridade. Por outro lado, envolver, apoiar, acompanhar e integrar as famílias neste processo continua a ser fundamental para o sucesso.

LEGISLATIVAS 2019



Assembleia da República

O bê-à-bá das eleições legislativas

As primeiras eleições livres, depois de quase meio século de fascismo, realizaram-se a 25 de abril de 1975, um ano depois da revolução. Mais de 91% dos eleitores acorreram às urnas em filas intermináveis, num processo que mobilizou o país para a escolha dos representantes para a Assembleia Constituinte, que não iria formar governo mas elaborar e aprovar a Constituição da República Portuguesa no ano seguinte. Com a publicação dos resultados provisórios, o DN inscrevia na primeira página: “Confirmada a via socialista”.

Bruno Amaral de Carvalho

Volvidos 44 anos, o PS procura discretamente uma maioria absoluta que lhe permita desatar as mãos de entendimentos com outras forças políticas. À esquerda luta-se pelo melhor resultado possível para determinar um rumo diferente para o país e, à direita, PSD e CDS-PP tentam não reeditar um desastre eleitoral. A corrida eleitoral que começa oficialmente este mês promete encher as ruas de candidatos e propostas que vão determinar muitas das escolhas de quem vota. A 22 de setembro,

no mesmo dia em que se realizam as eleições regionais na Madeira, começa o período da campanha que dura até dia 4 de outubro.

São quase 11 milhões os eleitores que têm encontro marcado com as eleições legislativas a 6 de outubro. Se a participação democrática é muito mais do que a ida às urnas, o momento em que se introduz o boletim de voto é também uma escolha que pode determinar mudanças e uma forma de avaliar o que pensam os que votam. Importa, pois, clarificar o que são as eleições legislativas e que funções desempenha o órgão para o qual os deputados vão ser eleitos.

Abstenção quase sempre a subir

Em 1976, a eleição dos 263 deputados à primeira Assembleia da República teve a participação de 83% dos portugueses inscritos para votar, já menos 8,9% do que no ano anterior. Em 43 anos, já se realizaram 15 eleições legislativas e, salvo raras exceções, o nível de afluência às urnas é cada vez menor. Há quatro anos, foi registado o valor mais elevado de abstenção neste tipo de eleições em Portugal. Apenas 55,8% dos eleitores decidiram participar num plebiscito que deu muito que falar porque o partido mais votado não

foi o que acabou por formar governo. Porquê? Já lá vamos. Mas importa referir que outro dos equívocos que circula frequentemente é o mito de que se a abstenção, os votos nulos ou os votos em branco forem superiores a 50%, as eleições não serão válidas. Não é assim. Nas segundas eleições presidenciais que deram a vitória a Cavaco Silva, só votaram 46,5% dos eleitores e o então Presidente da República foi empossado para um segundo mandato. O facto é que no plano eleitoral a abstenção significa sempre que as escolhas que determinam o destino de todos são feitas por menos pessoas.

Eleições para primeiro-ministro ou governo?

Nem uma coisa nem outra. Outro dos equívocos frequentes é a ideia de que as eleições legislativas servem para os eleitores escolherem o primeiro-ministro ou o governo. Em noticiários, tempos de antena e até em alguns programas escolares, apresentam-se líderes partidários como candidatos a chefiar o governo e não como potenciais deputados. Em outubro de 2015, quando a coligação formada pelo PSD e CDS-PP conseguiu chegar à meta eleitoral em primeiro lugar, alguns órgãos de comunicação social e os líderes destes dois partidos insistiram que o primeiro-ministro deveria ser, novamente, Pedro Passos Coelho.

Afinal, como se processa a formação do governo? Depois de eleitos os 230 deputados, o Presidente da República tem de ouvir todos os partidos com assento parlamentar, mesmo que tenham apenas um deputado. Ou seja, também as forças que não podem formar grupos parlamentares. Na sequência dos resultados eleitorais, o Presidente convida a pessoa que se considere ter melhores condições para formar governo e cumprir o mandato de quatro anos.

Foi ao arripio deste preceito constitucional que o então Presidente da República Cavaco Silva chamou o líder do PSD para formar governo, tentando omitir que não havia uma maioria de deputados que apoiasse esta opção. Embora a coligação de direita fosse a que reunia maior número de deputados, não tinha mais deputados que todos os outros partidos juntos. A maioria deu o seu voto a forças políticas que se opunham a Pedro Passos Coelho o que acabou por ditar a derrota da coligação Portugal à Frente.

Foi assim que, 11 dias depois de ter sido empossado, Pedro Passos Coelho viu a maioria dos deputados eleitos aprovar uma moção de rejeição que fez cair o seu governo. A queda de um executivo antes do fim do mandato não é exceção em Portugal. Na verdade, dos 21 governos que o país teve desde 1976, só seis chegaram ao fim. O ex-líder do PSD tornou-se recordista com o executivo mais curto da história. O governo empossado não chegou a entrar em funções, tendo governado apenas em gestão corrente.

Foi no dia 24 de novembro que António Costa, deputado eleito pelo PS, foi indigitado por Cavaco Silva. Com base em entendimentos assinados bilateralmente pelo PS e os diferentes partidos à sua esquerda, BE, PCP e PEV, e ainda o PAN, dois dias depois, o XXI governo constitucional tomou posse na Assembleia da República. Agora, quatro anos depois, os eleitores voltam a escolher a composição da Assembleia da República.



Eleitora descarrega voto na urna

Círculos eleitorais

Em 1975, quando a Constituição da República Portuguesa foi aprovada por todos os partidos com assento parlamentar, à exceção do CDS-PP, os deputados constituintes decidiram que os processos eleitorais se dessem através do voto pessoal, direto, presencial, secreto e universal, utilizando o método de Hondt. Mas como em todos os processos, há sempre arestas a limar. Por exemplo, só nas últimas eleições ao Parlamento Europeu é que, pela primeira vez, os eleitores cegos puderam votar através de uma matriz de um boletim de voto redigido em braille. Até então, tinham de ir às urnas acompanhados de alguém de confiança que escolhesse por eles a opção eleitoral.

Em Portugal, existem 22 círculos eleitorais, 20 em território nacional e dois para a emigração (um para a Europa e outro para o resto do mundo). Os eleitores de cada círculo plurinominal eleitoral elegem um número diferente de deputados correspondente à população de cada zona. Este ano, por exemplo, Guarda e Viseu perdem um deputado cada. Já Lisboa e Porto ganham esses dois deputados.

Embora sejam os que garantem mais pluralismo e representatividade partidária, os círculos plurinominais não são unânimes. O PS voltou a inscrever no seu programa eleitoral a criação de círculos uninominais. Ou seja, círculos de apenas um deputado, em que apenas o partido mais votado nessa zona eleitoral conseguiria eleger. “Reformar o sistema eleitoral para a Assembleia da República, introduzindo círculos uninominais, sem prejuízo da adoção de mecanismos que garantam a proporcionalidade da

representação partidária, promovendo o reforço da personalização dos mandatos e da responsabilização dos eleitos, sem qualquer prejuízo do pluralismo”, afirma o partido que atualmente governa o país. O PSD que no princípio do ano falava em círculos uninominais apresenta agora uma solução intermédia - círculos plurinominais mais pequenos - mas vai mais além e propõe a redução do número de deputados na Assembleia da República, uma solução que diminuiria a representatividade dos eleitores no parlamento. À esquerda do PS, BE, PCP e PEV contestam as medidas por alimentarem o bipartidarismo e o fim do pluralismo na Assembleia da República. Longe de aproximar eleitos de eleitores, os círculos uninominais, pela experiência conhecida noutros países como o Reino Unido, acabam por condicionar o comportamento do eleitorado impondo a bipolarização artificial da representação política e limitam drasticamente o alcance prático do atual sistema de representação proporcional.

As funções da Assembleia da República

Mas, afinal, para que serve a Assembleia da República? O parlamento tem funções legislativas e os deputados podem legislar sobre todas as matérias, exceto sobre aquelas que estão relacionadas com a organização e o funcionamento do governo. Há matérias sobre as quais só a Assembleia pode legislar. São as matérias de reserva absoluta de competência legislativa, de cujo âmbito faz parte a chamada constituição política - eleições e estatuto dos titulares dos órgãos de soberania, organização e funcionamen-

to do Tribunal Constitucional, partidos políticos, Orçamento do Estado, referendo, regime do sistema de informações da República e do segredo de Estado -, para além de outras, como as bases gerais do ensino e a defesa nacional.

Há outros temas que fazem parte do domínio reservado da competência da Assembleia da República, mas sobre os quais o Governo pode legislar mediante uma autorização parlamentar, no âmbito da chamada reserva relativa de competência legislativa. Direitos, liberdades e garantias, a definição de crimes e penas, as bases do sistema de segurança social, a criação impostos e sistema fiscal, bases da política agrícola, sistema monetário, arrendamento rural e urbano, estatuto das autarquias locais são as matérias abrangidas.

Os textos legislativos aprovados pela Assembleia da República são votados, em regra, por maioria simples, designando-se Decretos até serem publicados como leis, após promulgação e referendo. A aprovação de algumas leis, designadas Leis Orgânicas, exige uma maioria absoluta dos deputados em funções - por exemplo, às eleições para a Assembleia da República e Presidência da República, ao regime do referendo, à organização da defesa nacional.

A Assembleia tem em exclusivo a iniciativa e a competência para a revisão da Constituição. As leis que aprovam alterações à carta magna, na sequência de um processo de revisão constitucional da exclusiva iniciativa e competência dos deputados, designam-se Leis Constitucionais e têm de ser aprovadas por maioria de dois terços dos representantes em funções.

ANA SEZUDO

“O governo tem uma visão muito marcada pelo assistencialismo”

Foram marginalizados durante séculos. Durante o fascismo eram encerrados em asilos e apartados da sociedade. Se a revolução permitiu que as pessoas com deficiência conquistassem importantes avanços, 45 anos depois, são um setor da população que permanece invisibilizado e discriminado. Ana Sezudo é presidente da maior organização de pessoas com deficiência. Fundada em 1972, a Associação Portuguesa de Deficientes é o rosto dos que lutam por um país que seja para todos.



Ana Sezudo, presidente da APD

Bruno Amaral de Carvalho

Este continua a não ser um país para pessoas com deficiência?

Não é de modo algum. Basta olhar à nossa volta para nos apercebemos dos imensos obstáculos que se colocam às pessoas com mobilidade reduzida e do muito pouco que é feito para assegurar que estas possam aceder aos equipamentos, bens e serviços que existem na sociedade portuguesa. Não me refiro somente a pessoas com deficiência motora, mas também aos cegos, aos surdos e pessoas com deficiência intelectual.

Qual é o balanço que a APD faz desta legislatura?

O governo tem uma visão ainda muito marcada pelo assistencialismo. As duas grandes medidas que foram adotadas revelam bem isso. A Prestação Social para a Inclusão, não obstante a sua grande importância para as pessoas, que até à sua criação e estando desempregadas não tinham qualquer outra prestação social, é isso mesmo: uma prestação social.

Lamentamos que questões impactantes como a acessibilidade, a educação, o emprego não tenham merecido a necessária atenção. O diploma sobre a educação tem falhas graves que merecem uma reflexão

profunda, nomeadamente atribuir às escolas competências para decidir em quase tudo o que se relaciona com os apoios a prestar aos alunos com Necessidade Educativas Especiais, incluindo a alteração dos técnicos para a composição das equipas multidisciplinares, já reduzida a um mínimo intolerável e ao determinar que todos os apoios a prestar tenham como base os recursos disponíveis em cada escola.

Notamos no entanto que ao nível da Assembleia da República houve um aumento considerável de propostas e iniciativas para as quais as organizações de pessoas com deficiência foram chamadas a pronunciar-se como foi o caso da transferência de competências para as autarquias, das políticas de habitação e de educação.

Como avaliam a implementação dos boletins de voto em braile para cegos?

Entendemos que foi um passo importante para os cegos, uma vez que puderam votar sem acompanhamento. Todavia, existem sempre aspetos a melhorar. Foram reportadas algumas dificuldades na utilização dos boletins porque os elementos que faziam parte das mesas de voto, por vezes colocavam o boletim de voto ao contrário na matriz o que causou alguma confusão aos eleitores.

O que há a fazer para atrair mais pessoas com deficiência para as urnas?

Quase tudo. Desde as campanhas eleitorais que deviam ser acessíveis para cegos, surdos e pessoas com deficiência intelectual, até à possibilidade de as pessoas com mobilidade reduzida poderem deslocar-se na via pública e em transportes públicos adaptados, bem como aceder às assembleias de voto e às urnas de voto. Muitas pessoas podem querer votar mas o problema começa muitas vezes na própria habitação que não é acessível. São tantos os obstáculos para que as pessoas com deficiência possam exercer o seu direito de voto que é um ato de coragem fazê-lo nas atuais circunstâncias. Daí a pouca participação nos atos eleitorais.

Como tem sido a relação do Estado português com as organizações das pessoas com deficiência? Tem havido apoios financeiros?

Em primeiro lugar o governo, contrariamente à Assembleia da República, em matéria de participação das organizações representativas das pessoas com deficiência na definição, acompanhamento e monitorização das políticas de deficiência criou um órgão de consulta que pela periodicidade das reuniões e pelas competências que lhe foram atribuídas não corresponde às exigências que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência impõe. A Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência que integra o Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade e Segurança Social reuniu duas vezes para eleger os membros do Conselho e pouco mais. Não foi chamada a pronunciar-se sobre medidas que foram tomadas ou que estão em discussão, daí a pouca importância de que se reveste para as organizações.

Em termos financeiros a Associação Portuguesa de Deficientes tem sido subfinanciada e, no presente ano, sofreu um corte de 17.820,98 euros face ao ano passado, o que vai ter consequências graves no funcionamento da APD. Foi solicitada uma audiência ao Ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social que remeteu o assunto para a Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência que não tem competência para decidir numa matéria como é o financiamento.

O que significou para as pessoas com deficiência o modelo de vida independente com assistentes pessoais?

O modelo de apoio à vida independente é uma forma de assegurar o apoio de uma terceira pessoa através de um centro de vida independente. O que se denomina por assistente pessoal, segundo o modelo de vida independente criado pelas organizações de pessoas com deficiência é uma coisa muito distinta do que foi adotado no nosso país, já que os assistentes pessoais são contratados e pagos pelas próprias pessoas com deficiência, e no caso de Portugal são pelos centros de vida independente. Por outro lado a vida independente não se restringe à existência de assistentes pessoais, passa também pela criação de condições de acesso físico, à educação, ao emprego, à cultura, etc.



“Acho que neste momento podemos dizer que o principal obstáculo é a falta de vontade política.”

Quais são os principais obstáculos para que uma pessoa com deficiência possa ter uma vida economicamente independente?

Desde logo, os problemas de integração nas creches e jardins-de-infância que condicionam a socialização e a aprendizagem. Depois, uma escola que não dá resposta às necessidades dos alunos com deficiência em termos de adaptação física e pedagógica, facto que limita o acesso a uma educação de qualidade e se vai refletir no percurso educativo dos alunos com deficiência. Por fim, a dificuldade em aceder a um emprego pelas questões de acesso já identificadas mas também pelos preconceitos que ainda existem na sociedade e nos empregadores.

O que mais pode ser feito para reduzir a enorme taxa de desemprego entre pessoas com deficiência?

Educação de qualidade, eliminação dos obstáculos no meio edificado, na via pública e nos transportes e no local de emprego. Sensibilização da sociedade em geral e dos empregadores em particular para as capacidades e potencialidades das pessoas com deficiência de modo a que a ideia pré-existente dos custos que as empresas têm que despendem para adaptar o local e o posto de trabalho são elevados. Nalguns casos esta adaptação pode ter de ser apoiada pelo Estado, mas na esmagadora maioria dos casos os custos são muito reduzidos.

No dia-a-dia, são muitas as barreiras arquitetónicas que vemos nas cidades. O parlamento comprometeu-se três vezes com eliminar esses obstáculos físicos das nossas cidades. Como é que se falha três vezes prazos que tinham uma duração de uma década?

De facto, temos legislação, normas técnicas elaboradas e o Estado não as cumpre. Começa desde logo pela responsabilidade da fiscalização que compete quer à administração central, quer à administração local que pouco se vêem a dar cumprimento e a efetivar a fiscalização e aplicação das normas técnicas ao meio envolvente, tal como define o diploma em vigor. Acho que neste momento podemos dizer que o principal obstáculo é a falta de vontade política.

Por vezes, assistimos à imposição cultural de modelos de beleza nas telenovelas,

filmes, anúncios e desfiles de moda. Como é que seria possível desconstruir esta realidade que mostra ser tão redutora?

Não será fácil inverter os padrões que as grandes marcas impõem todos os dias e que as telenovelas ou filmes adotam, ainda mais quando hoje a informação tem tantos canais de divulgação à sua disposição. Achamos que a educação para a diversidade e para a importância e beleza da diversidade tem de começar na escola. Os canais públicos devem também ter um importante papel a desempenhar em vez de se travestirem de canais privados para chamar audiências.

Há quem entenda que no direito à sexualidade se possa explorar a ideia de “assistentes sexuais” pagos para satisfazer pessoas com deficiência que não tenham capacidade de o fazer. O que pensa disto?

Este é um tema bastante controverso e que exige uma discussão aprofundada entre as pessoas com deficiência. No entanto, o que podemos dizer é que provavelmente as dificuldades sentidas pelas pessoas com deficiência nesta área das suas vidas, será mais uma consequência de vivermos numa sociedade que ainda não compreende nem entende a diferença e a diversidade como fatores positivos para o seu crescimento e desenvolvimento.

Durante o fascismo, as pessoas com deficiência eram apartadas da sociedade mas, de vez em quando, ainda se assiste a notícias que dão conta de famílias que encerram os seus filhos, pais, etc. Por que ainda acontece isso?

Porque há um atraso cultural imenso no nosso país. O fascismo deixou marcas que ainda persistem e vão continuar a manter-se se não houver uma política educativa e cultural que ponha termo aos estereótipos e preconceitos. Também há um egoísmo crescente na atual sociedade acrescido de dificuldades económicas que muitas vezes impedem a contratação de uma terceira pessoa para acompanhar as pessoas idosas. Falta também um modelo de vida independente que permita aos pais terem uma vida produtiva enquanto o seu filho tem o acompanhamento devido.

PARQUÍMETROS

Resistência popular nos Olivais

Há vários meses que a população dos Olivais está em pé de guerra com a autarquia porque não querem a presença de parquímetros nas ruas. Desde que a notícia se espalhou por esta freguesia de Lisboa, já houve várias ações de protesto. Fernando Bárbara, membro da Comissão de Moradores, recordou à *A Voz do Operário* que a contestação subiu de tom a 5 de abril com populares, representantes dos trabalhadores do Aeroporto de Lisboa e também com João Ferreira, vereador do PCP. “A 30 de abril, os moradores promoveram uma ação no mesmo dia em que se ia realizar uma sessão da Assembleia de Freguesia. Estavam cerca de 400 pessoas e a reunião foi invadida, o que levou à suspensão dos trabalhos”, destacou o ativista local que vê a forte adesão aos protestos como demonstração do “desacordo” em relação à entrada da EMEL nos Olivais.

A participação da população neste processo de luta levou também ao debate de ideias sobre que tipo de gestão querem na freguesia. “Este movimento de cidadãos apresentou várias propostas à Junta de Freguesia no sentido de se encontrarem outras soluções para evitar a entrada da EMEL”, explica Fernando Bárbara. De acordo com este morador dos Olivais, aquilo que tem vindo a ser proposto é que venham a ser criadas “zonas de estacionamento dentro da freguesia mas, antes disso, fora de Lisboa com ligação aos transportes públicos para evitar a entrada de carros na cidade”. Fernando Bárbara sublinha também que outras propostas que estão em cima da mesa têm a ver com o elevado número de trabalhadores afetos ao aeroporto que precisam de estacionar. “Para estes trabalhadores, propomos que volte a ser como era antes da privatização da ANA. Que lhes volte a ser possível estacionar sem pagar”. Em re-



Parquímetros estão por toda a cidade

lação aos funcionários da autarquia, junto à Praça José Queirós, os moradores propõem que se aproveite o espaço da câmara para criar estacionamentos.

As últimas decisões tomadas pela assembleia de freguesia extraordinária com elevada participação da população foi avançar com uma consulta pública para conhecer a opinião dos olivalenses em relação ao estacionamento. Fernando Bárbara diz que agora estão à espera que se agende definitivamente o processo de consulta uma vez que cabe agora à junta concretizar a iniciativa.

SOCIEDADE

Associação de Juristas Democratas condena encontro fascista

Num comunicado à imprensa, a APJD denuncia a reabilitação do fascismo em Portugal com a realização do encontro de extrema-direita, em Lisboa, no dia 10 de agosto. “À imagem do que vai sucedendo um pouco por todo o mundo, também em Portugal assistimos à tentativa, criminoso, sublinhe-se, de recuperação histórica do fascismo, movimento ao abrigo do qual se realizou o encontro de extrema-direita”, considera a associação que entende que esta iniciativa “representa mais um passo no processo de branqueamento e banalização histórica de uma ideologia que foi responsável pelo sofrimento, morte e perseguição de milhões de pessoas em todo o mundo”.

Para os Juristas Democratas, “a afirmação dos valores da liberdade, da democracia e da dignidade da pessoa humana – direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, a constituição que a revolução de 25 de Abril de 1974 nos deu –, exige de todos os democratas o mais veemente repúdio e oposição em relação a um processo continuado que, passo ante passo, e contando com a cumplicidade de grande parte da comunicação social, visa recuperar para o espaço político uma das formas mais agressivas e criminosas de organização social e política conhecidas na história humana: o fascismo”.

Apesar de a Constituição proibir organizações que “perfilhem a ideologia fascista”, lembram que “esta ideologia criminosa tem encontrado o seu espaço por entre a cumplicidade intencional de setores reacionários presentes na sociedade portuguesa, e com a cumplicidade negligente de setores que, à sombra de uma pretensa ‘tolerância’ com expressões individuais do pensamento, acabam por dar a este tipo de movimentos precisamente o que pretendem: atenção e espaço político”.



O senhoriato

Se o conjunto das estrelas do espetáculo se diz o estrelato, se um conjunto de generais se designa por generalato, seja-nos permitido criar um neologismo e dizer que o conjunto dos senhorios é o senhoriato, assim como o conjunto dos inquilinos se chama inquilinato.

O senhoriato possui terras e prédios, aluga-os e recebe rendas, o inquilinato não tem terras nem prédios, aluga-os e paga rendas.

Dificuldades da língua portuguesa.

De algum tempo a esta parte a imagem do senhorio

e o papel do senhorio tem-se alterado significativamente: na iconografia do século XIX o senhorio urbano era representado através de uma figura rotunda, arrogante, charuto na boca e anéis nos dedos ou através da figura seca e angulosa do agiota, de papel na mão a ameaçar despejos.

Compreende-se historicamente que, na ausência de instrumentos de previdência social, uns quantos garantissem a velhice acumulando terras e prédios.

Em Lisboa e nos arredores o fenómeno teve características especiais quando modestos construtores que haviam sido pedreiros, pintores ou estucadores contraíam um empréstimo e construía prédios que vendiam ou alugavam, e a relação dono-arrendatário era pessoal e muitas vezes cordial.

Os “patos bravos”, ridicularizados na época, são hoje recordados com carinho pelos mais velhos.

Atualmente o senhoriato refugia-se em Fundos que tanto podem estar aqui como nas Ilhas Caimão, ou manda um seu agente (imobiliário) receber os candidatos a inquilinos, investigá-los e elaborar um relatório que servirá de base à decisão de alugar ou não alugar a este ou aquele e essa decisão pode basear-se em: não

querer famílias com crianças pequenas ou animais domésticos, não querer famílias monoparentais e muito menos do mesmo sexo, querer saber a constituição da família, a idade de cada um e o que faz, só querer gente com rendimentos certos e assegurados por declaração do IRS e recibos de vencimento dos últimos três meses, caução, pagamento adiantado de duas ou três rendas e fiador com fortuna ou idade previsível para garantir cinco anos de contrato. Não raras vezes é exigida a apreciação direta dos candidatos não vá aparecer alguém mais ardiloso que depois se venha a revelar “esquisito” no comportamento, no penteado ou no tom da pele, nos trajas ou nas maneiras e há senhorios que só fazem contratos por um ano e “à experiência”.

Face ao que aqui se descreveu ocorre perguntar que futuro nos espera: consultem-se os programas eleitorais dos partidos concorrentes ao próximo ato eleitoral e é fácil verificar que são poucos os que se comprometem a fazer figurar nos seus orçamentos governamentais as verbas necessárias para aumentar o parque habitacional público destinado ao maior número e quebrar a malfadada situação atual – seletiva e discriminatória.

Transportes públicos



Quando cumpre o governo os serviços mínimos?

A propósito de qualquer greve o governo resolveu banalizar os serviços mínimos.

Até na escandalosa situação da Ryanair, onde tendo a greve como objetivo fazer cumprir a legislação nacional, de que o governo devia ser guardião, decidiu colocar-se ao lado do patronato dando assim uma ajuda a que continuem as violações das leis do país.

Curiosamente, segundo informação tornada pública, um dos motivos para os serviços mínimos é a greve ser «longa» (cinco dias), o avião ser «a única forma de garantir o direito à deslocação de uma forma célere e eficiente» para os portugueses residentes nos Açores e na Madeira.

Toda a gente sabe que há mais companhias aéreas a operar para a Madeira e os Açores, nomeadamente a TAP, pelo que as ilhas não ficariam isoladas, mas quem domina os grandes meios da comunicação social tem sempre quem lhe venda gato por lebre.

Se tomássemos a sério o argumento de que havia tamanha preocupação pela mobilidade entre o continente e as ilhas, seria de dizermos: vamos todos, os que só têm os transportes públicos para se deslocarem no seu dia-a-dia, para a Madeira e os Açores. Desta forma deixaríamos de ser desprezados.

Os que na região de Lisboa se confrontam diariamente com dificuldades nas suas deslocações entre a residência e o trabalho porque a oferta de transportes coletivos é insuficiente, com reduções nos horários que têm acontecido ao longo dos tempos, acrescidas das frequentes perturbações (usando o eufemismo do Metropolitano de Lisboa) sendo uma das causas a falta de pessoal, nomeadamente nas oficinas, para ser garantida a conservação e a manutenção, sofrem o efeito de uma greve longa de muitos anos.

A situação tem a forma de greve de zelo de cortar nas despesas com trabalhadores fazendo recair os efeitos sobre os utentes.

Nestes quatro anos da legislatura, nesta área, tal como noutras, foi imposto o dogma do défice, ou seja, as exigências da União Europeia. A greve à melhoria da oferta dos serviços de transportes coletivos continuou.

Só um exemplo.

O anúncio de última hora, ou seja, em véspera de eleições (foi há um mês) que iriam ser tomadas medidas e para as oficinas da EMEF, que repara o material da CP, seriam contratados 67 trabalhadores teve até agora a contratação de alguns reformados através de uma empresa de trabalho temporário.

A greve continua e não cumprem os serviços mínimos.

Rego Mendes

DESPORTO



Estádio José Gomes na Amadora

Petição exige municipalização do Estádio José Gomes

O anúncio publicado por uma leiloeira em vários jornais, informando a intenção de colocar à venda o antigo estádio do Estrela da Amadora por 6 milhões de euros, motivou petição de adeptos e protesto de vários partidos. Num comunicado aos sócios e simpatizantes, a direção do Clube Desportivo Estrela, que se afirma herdeiro do emblema histórico da Amadora, explicou que o procedimento é da responsabilidade do administrador de insolvência da massa insolvente, mas que está previsto no contrato assinado que a utilização do recinto se mantenha na próxima temporada. Na mensagem, o clube sublinhou que o Estádio José Gomes “é a casa do Estrela e a existência de ambas as realidades é indissociável uma da outra”.

Entretanto, uma petição com mais de 500 assinaturas, até ao fecho desta edição, exige à Câmara Municipal a compra do equipamento desportivo através do exercício do direito de preferência para garantir que “volta a ser definitivamente de todos os amadorenses e a casa do Estrela da Amadora”. O grupo de sócios que lançou o abaixo-assinado na

internet apelou à mobilização “de todas as forças vivas da cidade - sócios, adeptos, amadorenses, forças sociais, culturais e políticas”.

No mesmo sentido, os eleitos da CDU nos órgãos da autarquia anunciaram que vão voltar a apresentar uma proposta, já há muito defendida, para que a Câmara Municipal da Amadora promova “negociações com vista à aquisição deste património e de todos estes bens, que há muito já deveria ser municipal, acionando o direito de preferência”, também para garantir a exclusividade daqueles terrenos, como consagra o Plano Diretor Municipal, para uso desportivo.

O PSD foi outro dos partidos que reagiu a nível local afirmando que defende o aproveitamento pela autarquia dos equipamentos desportivos existentes naquela zona como defende a CDU que já propôs anteriormente a criação de uma Cidade do Desporto na Reboleira.

A Câmara Municipal da Amadora é presidida por Carla Tavares, do PS, que detém a maioria absoluta no executivo e na Assembleia Municipal.

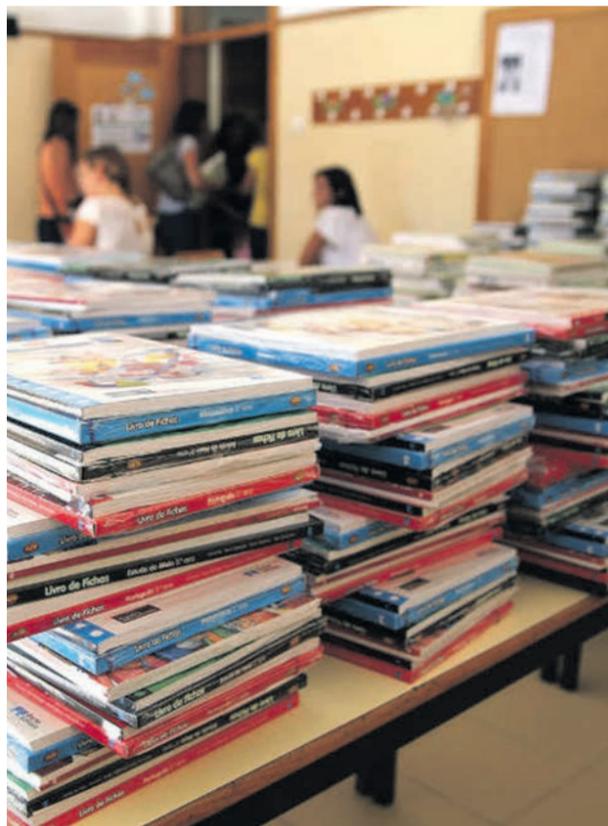
EDUCAÇÃO

Governo falha promessa de manuais novos

Tinha garantido que os estudantes do 7.º ao 12.º ano de escolaridade iriam receber manuais escolares novos no ano letivo que agora começa mas o Ministério da Educação recuou na decisão. Segundo avançou o jornal Público, os alunos estão a receber livros usados. A tutela tinha decidido, inicialmente, atribuir manuais escolares novos aos alunos do 3.º ciclo e ensino secundário, como tinha feito o ano passado com os alunos do 5.º e 6.º ano. “Tendo em conta que se estima que a vida útil do manual escolar se prolongue por três utilizações anuais, e que o Estado só pode exigir os manuais que no ano anterior distribuiu gratuitamente, no ano letivo em que a medida da gratuidade passa a abranger determinado ano de escolaridade, todos os alunos desse ano recebem manuais novos”, refere o Manual de Apoio à Reutilização de Manuais Escolares, aprovado em janeiro deste ano.

De acordo com o Público, neste ponto estão incluídos os alunos do 7.º ao 12.º ano, que começaram este ano letivo a ser abrangidos pelo programa de manuais gratuitos lançado em 2016/17 pelo Governo. Apesar de o Ministério da Educação não ter comunicado publicamente qualquer alteração ao princípio definido em janeiro, as escolas lançaram manuais usados do 3.º ciclo e secundário na plataforma MEGA.

“Recebemos orientações para lançar na plataforma MEGA todos os manuais distribuídos aos alunos da Ação Social Escolar (ASE) que se encontrassem em condições de uso”, afirmou ao jornal o diretor da Escola Secundária Eça de Queirós, na Póvoa do Varzim. Já o ministério assegura que “o aproveitamento dos manuais da ASE para reutilização vem na linha de recomendações do Tribunal de Contas” - que informou em maio que os manuais



Manuais por distribuir

reutilizados representaram apenas 4% dos 2,7 milhões de livros atribuídos de forma gratuita em 2018/19. Mais de um milhão de alunos vão passar a estar agora abrangidos pela medida de atribuição dos manuais escolares gratuitos aos alunos do ensino público.

SOLIDARIEDADE

Fazer chegar livros ao Saara Ocidental

“Uma biblioteca no deserto” é o lema da campanha que várias organizações lançaram para a criação de uma biblioteca nos campos de refugiados no Saara Ocidental. A Voz do Operário é uma das associações aderentes que passa a ser, a partir deste mês, um dos pontos de recolha de livros para quem quiser contribuir para este objetivo. Os organizadores apelam aos leitores que individualmente queiram somar-se a esta campanha, que façam chegar aos pontos de recolha “livros em língua espanhola, que venham a constituir um acervo bibliográfico, levando a leitura e a literatura, ferramentas de liberdade e conhecimento, a quem deles tanto precisa”.

No âmbito desta campanha, a Fundação José Saramago apresentou até ao final do mês de agosto a exposição fotográfica “Cinco olhares sobre o Saara Ocidental”, que resultou do trabalho de cinco fotógrafos

portugueses nos acampamentos, entre 1995 e 2009.

À semelhança do que aconteceu com Timor Leste no período da descolonização, no ano de 1975, o Reino de Espanha negociou com Marrocos o território do Saara Ocidental, que se encontra até hoje ocupado. Um muro marroquino de areia, ferro e arame farpado, com mais de 2700 km de comprimento, separa os 2/3 do território ocupado do restante, sob o controlo da RASD (República Árabe Saarauí Democrática), com um terreno repleto de minas (cerca de 8 milhões) que impossibilitam a sua travessia. Se nos territórios ocupados a vida é dura, com a violência, a agressão e a tortura a fazerem parte do dia a dia dos Saarauís, nos acampamentos de Tindouf não o é menos. São milhares de km2 de deserto, onde sobrevivem mais de 200 mil pessoas. O Saara Ocidental é hoje a última colónia de África.

A VOZ
dos livros

O Que Eu Ouvi na Barrica das Maçãs, de Mário de Carvalho

Mário de Carvalho é um dos mais estimulantes e criativos autores da sua geração. Senhor de um estilo próprio, rigoroso na utilização da língua, o autor de *Contos da Sétima Esfera*, vem utilizando a sua energia imagética em vários géneros literários, do romance ao conto, do teatro ao guionismo, da escrita ensaística à crónica, sempre com assertiva incursão em cada um desses territórios.

Durante alguns anos das décadas de oitenta e noventa do século passado, nas páginas do jornal Público e no *Jornal de Letras*, Mário de Carvalho foi publicando uma série de crónicas sobre a realidade do País, das artes à política, da sociologia ao memorialismo. Textos que, lidos hoje, volvidas décadas sobre a sua publicação original, ainda nos questionam, ainda fazem sentido, percorrem de modo desafiante as peculiaridades idiossincráticas da nossa condição de portugueses envolvidos nos desafios da modernidade, dado existir neles algo de profético, de visionário, de testemunho que, se reflectem o tempo da sua gestação, vão muito para além dele.

As crónicas de *O Que Eu Ouvi na Barrica das Maçãs*, dizem-nos de um mundo nosso, ainda reconhecível, dado que não mudámos assim tanto, a realidade do País, se existiram várias e profícuas mudanças, mantém a essência das suas carências económicas, políticas, culturais e sociais, que estas crónicas, na sua distância temporal, lucidamente reflectem e denunciam.

O Que Eu Ouvi na Barrica das Maçãs, lê-se de um fôlego com um misto de prazer e esparsa nostalgia reflexiva, percorrendo as páginas em que o humor sagaz do autor, essa forma corrosiva de crítica social, transforma a incursão doméstica destas crónicas num retrato mordaz, a espaços cruel, do País que somos, das nossas grandezas, misérias e deslumbres sem lastro.

O discurso de Mário de Carvalho incide sobre o espaço democrático pós 25 de Abril, com as suas falhas e insuficiências.

Estas crónicas notáveis, divididas em quatro períodos temáticos, *Divagando*, *Intervindo*, *Oficiando* e *Rememorando*, dão-nos a ler um País perdido nas suas seculares contradições, revelando-se nelas, mais do que o grande escritor que Mário de Carvalho é, um comunicador de vastíssimos recursos.

«Venham os salta-pocinhas, chamar-me moralista, venham. Eu ralado...»

O Que Eu Ouvi na Barrica das Maçãs, de Mário de Carvalho. Porto Editora/2019

Domingos Lobo

MUSEUS

Museus: construção do lugar coletivo



Museu do Neo-realismo foi criado em 2007 em Vila Franca de Xira

Em 2019, foram inauguradas as bases do Museu Nacional Resistência e Liberdade, na Fortaleza de Peniche. Poucos meses depois, a Câmara Municipal de Santa Comba Dão voltava a anunciar a intenção de avançar para a criação de um “Museu Salazar”, onde se pretende dar enfoque à vida e percurso político do ditador que subjugou o país durante grande parte do regime fascista que vigorou por 48 anos. Declarações ambíguas por parte do presidente da câmara quanto aos conteúdos e objetivos deste espaço, desencadearam receios de que este não venha a garantir a denúncia dos crimes do regime fascista de Salazar e que, pelo contrário, sirva o processo de branqueamento histórico. Simultaneamente, chegam notícias sobre a Biblioteca Museu República e Resistência (BMRR), em Lisboa, estar em risco, com os deputados municipais do PS, PSD e seis independentes a votarem contra a recomendação do PCP de “manter a BMRR no mesmo espaço, com o mesmo nome e âmbito, dotando-a de meios logísticos que permitam uma maior dinamização”. Há pouco mais de um ano, os conteúdos e até o nome de um hipotético museu sobre os “descobrimientos” eram motivo de acesso debate. A memória e a história do país e as suas fixações museológicas parecem assim em plena convulsão.

O que esperamos de um museu no século XXI? Um mero lugar de memória? De enaltecimento? De debate? Que advogue uma neutralidade científica? E não é necessariamente político o ato de reservar um espaço à preservação da memória de determinado objecto histórico?

À margem da polémica, mas plenamente no centro deste debate, o Museu do Neo-realismo apresenta-se como uma tentativa de síntese destas problemáticas, apostando numa abordagem que, assumindo um olhar próprio, parece rejeitar um exercício meramente laudatório e simplista.

Nos anos 80 do século passado, um grupo de intelectuais ligados ao neo-realismo, de onde se destaca António Mota Redol, filho de Alves Redol, um dos principais vultos do movimento, começou a discutir a ideia de criação de um espaço, em Vila Franca de Xira (ponto nevrálgico do casamento entre o movimento e respectiva filiação política), dedicado àquele que é considerado por muitos o maior movimento artístico português do século XX. Esta ideia colheu apoio por parte da autarquia de então. Durante os anos noventa, o projeto desenvolveu-se em torno dos arquivos e bibliografia, e o seu acervo foi sendo largamente enriquecido por doações de espólios de tipos diversificados de vários nomes ligados ao movimento, tendo sido a primeira delas feita pelo escritor Manuel da Fonseca, em 1991. Desenvolveu assim um vasto conjunto de fundos, com destaque para espólios literários e editoriais, arquivos documentais (impressos e audiovisuais), acervos iconográficos, obras de artes plásticas, bibliotecas particulares e já uma biblioteca especializada na temática neorrealista. Apesar deste consistente trabalho de recolha, preservação e investigação, só em 2007, depois de passar por vários locais provisórios, o museu viria a ter o espaço definitivo. O edifício atual, concebido pelo arquiteto Alcino Soutinho, organiza-se entre exposições temporárias e o núcleo central, com a exposição de longa duração, atualmente em processo de remodelação. David Santos dirigiu o espaço até 2014, ao qual se seguiu António Pedro Pita e, em 2018, a atual responsável, Raquel Henriques da Silva.

Quem hoje visita este museu não encontra um santuário. O movimento que lhe dá *sentido* nunca foi motivo de agrilhoamento. Pelo contrário, dele se parte para o diálogo com as novas abordagens e linguagens da arte contemporânea que têm espaço regular, desde a sua abertura, em exposições temporárias.

Todas as exposições são acompanhadas por programação específica, nomeadamente conferências, concertos, visitas guiadas pelos próprios curadores.

Atualmente estão patentes três exposições temporárias e a exposição de longa duração, cujo título - A Batalha pelo Conteúdo - remete para a questão central do movimento. Móbil de profundas divergências entre os seus intervenientes, as conceções sobre forma e conteúdo atravessaram e enformaram todo o debate neorrealista. Esta questão, que imprimiu ao movimento um carácter profundamente heterogéneo, está vinadamente presente na exposição. É através dela que conseguimos percorrer o debate, as preocupações e, naturalmente, as várias expressões artísticas que brotaram no seio do movimento.

Mais recentemente, no final de 2018, o museu recebeu uma exposição dedicada ao artista Cândido Portinari, um dos maiores vultos da pintura brasileira e cuja obra apresenta fortes ligações ao ideário neorrealista. Já em maio, foi inaugurada a exposição dedicada ao centenário do nascimento do escritor Fernando Namora (ver texto na edição de Junho d'A Voz do Operário), onde não se dispensa a passagem pelos seus exercícios plásticos. Esta exposição estará patente até 17 de novembro.

O Museu dispõe de um centro de documentação aberto a consulta, de uma livraria temática, e recebe o depósito de várias coleções privadas, sendo a mais relevante pertencente à associação promotora do Museu do Neo-realismo.

A vida e trabalho deste projeto nunca estiveram a salvo da discussão permanente sobre as várias questões que atualmente fazem correr tinta quanto à disputa do papel que os espaços museológicos devem ocupar. Mas parece mostrar que a síntese necessária não se encontra recusando a politização e sonogando o papel da História na construção do lugar coletivo. E tal não é um pormenor.

BRASIL



Só em julho, a área ardida é quase três vezes maior do que em 2018

Por que arde a Amazônia?

Só em agosto seis mil incêndios consumiram a floresta tropical. Na era Bolsonaro, os riscos são maiores que nunca?

Teresa Camarão, jornalista

O 'Dia do Fogo' continua a fazer vítimas em Novo Progresso, no sudoeste do Pará. As ameaças repetem-se no "Direita Unida Renovada" e "Caneta Desesquerdizadora" da extrema-direita, no WhassApp. Os panfletos circulam na cidade. Pedem a cabeça do jornalista que denunciou o movimento 'Sertão' apoiado por 80 produtores rurais do Norte do país para "limpar" a maior floresta tropical do mundo. Ao Amazônia Real, Adécio Piran descreve uma "situação lamentável". Os anunciantes do Folha do Progresso estão a ser coagidos. "As ameaças vêm de todas as partes". A suspeita de fogo posto está nas mãos da Polícia Federal. O Ministério Público reconhece indícios de "ação orquestrada" por "pessoas que já exercem pressão sobre região", embora assuma que vai ser difícil encontrar culpados. Pressionado, até Jair Bolsonaro, que atribui os incêndios a um ataque pessoal das ONG, pede uma "investigação rigorosa". Entretanto, o The Guardian revelou que o governo não só sabia como desvalorizar as denúncias. Reduzido a três vigilantes na região, fruto da política de desinvestimento ambiental, o Instituto do Meio Ambiente ainda pediu a intervenção do ministério da justiça de Sérgio Moro que ignorou os alertas. No anunciado 10 de agosto, registaram-se perto de 280 focos de incêndio só entre Novo Progresso e Altamira, num crescendo que, ao fim de três dias ultrapassou os 500. À Sky News, os bombeiros asseguram que 90% dos incêndios tiveram mão humana.

Queimada prometida

Nas imagens de satélite, o Pará é um grão no deserto. Destapa, neste contexto, os interesses que se movem atrás da cortina de fumo. O alegado grupo pago para "tancar terror" tinha instruções para fazer das margens da autoestrada um rastilho. A ideia era atingir os 1,3 milhões de hectares da Floresta Jamanxim, palco de disputas territoriais, não fosse a segunda maior quando o assunto é desflorestação. Certo é que as queimadas, que incluíram o Pará na lista dos sete estados que declararam emergência, foram, em si mesmas, um sinal de descontentamento do agronegócio que cobra a Bolsonaro as promessas que lhe valeram o apelido de Capitão Motosserra. "Precisamos mostrar para o Presidente que queremos trabalhar e o único jeito é derrubar. Para formar e limpar nossas pastagens é com fogo mesmo", assumia um líder do grupo 'Sertão' ao jornal do Novo Progresso que, curiosamente, à semelhança de tantas outras cidades às portas da Amazônia, nasceu algures nos anos 70, em plena ditadura, maior motor de destruição da floresta que entre estradas, produções agrícolas e indústria perdeu à época 14 milhões dos pelo menos 70 milhões de hectares que os especialistas dão como "terra queimada" no berço de mais 40 mil espécies de plantas, 1,3 mil variedades de aves e 426 tipos diferentes de mamíferos, ameaçados pela devastação.

Amazônia "great again"

No estado de Rondônia, os hospitais registaram um aumento de 70% no atendi-

to a problemas respiratórios. Mais que o pulmão do planeta, a Amazônia começa a falhar ao Brasil. Está na origem da tensão diplomática com Emmanuel Macron que, alinhado ao coro de críticas à atuação de Bolsonaro, foi convidado a "replantar a Europa" com os €20 milhões que o G7 doou à floresta. Alemanha e Noruega congelaram a participação no Fundo Amazônia. Aliado de primeira hora, o mesmo Donald Trump que em março, na primeira deslocação do "capitão" aos EUA, assinou um acordo que prevê a exploração comercial da floresta tropical, desdramatiza. Diz que a relação entre os dois países está "mais forte que nunca", numa altura em que o The Intercept revela que duas das empresas com a "parcela mais significativa da destruição em curso" na Amazônia são controladas precisamente pelo maior patrocinador do presidente, Steve Schwarzman.

Área ardida triplicada

Os números apontam mais responsáveis. Só em julho, a área ardida é quase três vezes maior do que em 2018. Aumentou 278% em comparação com o mesmo mês do ano passado. O líder do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais brasileiro foi demitido depois de divulgar os números que mostram o rastro do governo que tomou posse no primeiro dia do ano. É "fazer as contas", nas vésperas da revisão das regras para o licenciamento ambiental, no congresso, e da legalização do minério em terras indígenas. 200 reservas continuam ameaçadas. Das mais de 100 tribos da Amazônia, muitas nunca tiveram contacto com o exterior.

ARGENTINA

Derrota de Macri acentua polarização na América Latina

As consequências da reação intempestiva dos mercados à vitória da dupla Alberto Fernández e Cristina Kirchner nas primárias de agosto na Argentina, ainda não vêm descritas no relatório preliminar que já estima que, desde o primeiro trimestre do ano, a taxa de pessoas que vivem em condições de pobreza no país onde o voto é obrigatório disparou de 32 para 35%. Na campanha eleitoral que o levou à Casa Rosada, Mauricio Macri chegou a estabelecer como meta a "Pobreza Zero". Quatro anos depois, numa altura em que a Universidade Católica Argentina denuncia que dos 40,5 milhões de habitantes, 14 milhões são pobres e 3 milhões vivem na indigência, arrisca falhar a reeleição, assombrado pelas visitas frequentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) que cobra medidas de austeridade e contenção de despesa em contrapartida pelas tranches do empréstimo de cerca de 57 mil milhões de euros que o candidato da oposição já prometeu renegociar. Apesar da grave crise económica, facto é que nem os mais optimistas previam o desfecho das eleições que servem de barómetro às presidenciais marcadas para 27 de outubro. Com uma margem de mais de 15 pontos, o professor de Direito que chefiou os gabinetes de Néstor e Cristina Kirchner bateu a coligação do governo em toda a linha com 47% dos votos. No primeiro embate com a antecessora que concorre como vice pela coligação Frente de Todos, Macri não foi além dos 32%. Perdeu em 22 das 23 províncias e em Buenos Aires que concentra perto de 40% do eleitorado. Unânicos, os analistas não antecipam reviravolta e já dão como certa a promessa da "nova Argentina" de Fernández. Na alta finança, os credores sublinharam a desconfiança com o índice da Bolsa da capital a perder mais de 30% e o peso a desvalorizar 32%. "O cenário mais provável na Argentina é o da ruptura com as decisões do governo", resumiu uma nota da financeira JP Morgan nas 24 horas que se seguiram à derrota que, caso se confirme em outubro, promete abalar o panorama político da América Latina, onde o neoliberalismo de Macri encabeça as teorias do fim do ciclo das democracias progressistas.

MÚSICA

Dar & Receber

António Variações trabalhou como marçano em jovem enquanto estudava à noite n'A Voz do Operário.

Fátima Rolo Duarte, designer*

— Está aqui o senhor Variações para ver as primeiras provas da capa — Quem aprova a capa é esta senhora que disto não percebo nada. — Vamos carregar no magenta e duas passagens de preto para a contra-capa não ficar anémica. De lado, ele sorria enquanto cumprimentava os homens das máquinas, um a um. O senhor Variações. Calça laranja e as maravilhosas pulseiras feitas com dobradiças de portões: — Dou-te esta. Por que parámos tantas vezes durante aquela curta caminhada entre a Cruz dos Poiais e a Calçada do Combro? Sentados nas escadas, aqui e além, à soleira de quase todas as portas e quem passava cumprimentava: — Ai o senhor Variações, dê cá um beijinho. O teu respirar, António, dificultava a marcha e eu tão confusa: — Queres vir noutra dia? Eu vou lá e trago-te aqui a capa, compro água... — Vamos devagar que não temos pressa, ou temos? — Temos tempo. Uma romaria de pessoas acenava alegre para o senhor Variações. Onde se sentia a vibração de um corpo forte e mais fraco que o meu. De braço dado contigo sentia-te tremer, suar: — Ficas aqui nesta sombra, vou e venho a correr... — Temos tempo, não temos? — Temos tempo. Levámos aquele último passeio numa confusa tristeza. Nada nele me era extravagante, da mesma forma que as mulheres o beijavam, abraçavam, e os taxistas apitavam para um adeus. Era assim, foi assim. O António, senhor Variações, sorriso terno: — Só quero ver a capa impressa, o que fizeste está muito bem feito. — Pois está. A minha arrogante “modéstia” acabou por lhe arrancar uma gargalhada e tosse. Mais uma paragem: —

Esta pulseira fica-me tão bem! Agarra-te a mim, se eu não aguentar caímos os dois e não te rias porque tosses. (E por que tosses?) António Joaquim Rodrigues Ribeiro, onde fica Amares? Onde o diabo deu três gritos e nasceste a 3 de Dezembro de 1944. Tens agora 75 anos de idade e chegaste a Lisboa carregado de letras e a tua voz espantosa, desafinada, nas tintas. Querias ser gostado, foste amado. Assisti, silêncio irritado, à galhofa tola por detrás do teu talento. Os artistas, António, são o centro do seu mundo e de uma forma surpreendente tu és o nosso mundo português antes de todos os que apareceram, descontando os que irão nascer. Variações, explica, “é um nome elástico” a ideia era esta, perfeita. Não há Freud que se te chegue e quem tentar explicarte cairá, ridículo, no chão. Os teus pés pairavam no ar enquanto o corpo subia, descia com a música trabalhada por outros, mas sem equívocos, tu eras a tua fonte. Não se contam histórias da intimidade mais íntima, da mesma forma que não se contam sonhos. Apenas as do homem público, popular, que reunia todas as condições para ser vaiado pelo povo que lavas no rio? Também o cantaste. Mas se me é permitida a escolha do meu coração, a que aponta a morte com a mais bela das intensidades, escolho a que ainda oiço pela tua voz cansada: “Adeus que me vou embora/ Adeus que me vou embora// (...)// Vou daqui para a minha terra/ (...)// que eu desta terra não sou// que eu desta terra não sou// Tenho minha mãe à espera/ Tenho minha mãe à espera// Cansada de me esperar/ Cansada de me esperar// Naquela encosta da serra/ (...)// Vamos ser dois a chorar/ Vamos ser dois a chorar// À espera tenho o meu pai/ À espera tenho o



António Variações era também barbeiro

meu pai/ aos anos que o não vejo/ aos anos que o não vejo// O tempo que vai durar/ O tempo que vai durar// O meu abraço, o meu beijo/ (...)// Vim solteiro e vou solteiro/ (...)// vou livre de corações/ (...)// Se alguém me quiser prender/ (...)// já não vou dizer que não/ já não vou dizer que não/ Adeus que me vou embora Adeus que me embora vou”.

13 de Junho, dia de Santo António. Não há ano que me não lembre de ti, como recordo o pai e os manos, a tia. Não sei onde foi parar a pulseira que me deste e aqui sentada a pensar em dar & receber. Ninguém foi capaz de te inventar. Ninguém mais foi ou será como tu, a tantos anos luz da pequenez portuguesa, a mãe Deolinda que te criou. Somos muitos a chorar.

* Fátima Rolo Duarte é a autora da capa do disco Dar & Receber de António Variações.

Sugestões culturais:

Antígona
Teatro Nacional D.Maria II



Em cena de 18 de setembro a 6 de outubro, a tragédia grega de Sófocles volta às tábuas do Teatro Nacional com encenação de Mónica Garnel. “Partindo de uma cidade que vai adoecendo propõe-se criar um espetáculo que procura a vertigem, à medida que o conflito entre a lei determinada por Creonte se opõe ao descontentamento e desrespeito pelos direitos humanos e familiares de Antígona.”

Festival Todos
Graça



De 10 a 22 de setembro realizar-se, na zona da Graça. A Voz do Operário acolhe alguns espetáculos dos quais destacamos: **Nós e os Outros**, encenado por Bruno Cochat, com acompanhamento musical de Filipe Raposo e participação de alunos d'A Voz do Operário (dia 19 às 14h e às 18h); **Capicua e as Mulheres da Lusofonia** (dia 21, às 22h). Os sócios d'A Voz do Operário têm condições especiais de acesso (+ info: geral@vozoperario.pt)

Santiago, Itália
Nanni Moretti



Na data em que se assinala o golpe de Estado fascista, estreia o novo documentário de Nanni Moretti. Depois do golpe de Pinochet em 11 de setembro de 1973, a embaixada de Itália em Santiago, no Chile, acolhe centenas de refugiados. Através de vários testemunhos, o documentário retrata este período. “Eu não sou imparcial”, é a proclamação do realizador que se posiciona face a um dos mais tristes momentos da história recente da América Latina.

É bom mandar?
Lucca - teatro Luís de Camões



Inserido no ciclo sobre eleições e pensada para crianças, esta oficina é um convite para discutir, conspirar, experimentar diferentes formas de governo, tentando encontrar respostas para uma série de questões: Será que todos sabem mandar? Mas quem decide? E como? O que é a política? Quem inventa as leis? Para que servem? É fácil ser justo? A família é um governo ou um desgoverno? De 25 a 29 de setembro.

CULTURA



As crianças/jovens até aos 14 anos (inclusive) não pagam entrada.

42.^a edição da Festa do «Avante!» prestes a começar

É já no primeiro fim-de-semana de setembro, entre os dias 6 e 8, que o PCP abre as portas das Quintas da Atalaia e do Cabo da Marinha, no Seixal, àquele que é considerado um dos mais importantes eventos político-culturais do país. Bonga, Sílvia Pérez Cruz, Moonspell, The Last Internationale, Clã com Samuel Úria e Bruno Nogueira, Celina da Piedade e Têada são alguns dos muitos protagonistas das centenas de espetáculos musicais que se realizam em dezenas de palcos espalhados por todo o recinto.

Na sexta-feira à noite, o Palco 25 de Abril abre com o concerto de música clássica *Do 'romantismo' ao 'modernismo'* que propõe um percurso entre duas fases contíguas da história da música, a cargo da Orquestra Sinfonietta de Lisboa.

Longe de ser uma iniciativa exclusivamente para comunistas, a Festa do «Avante!» atrai anualmente centenas de milhares de visitantes com uma vasta oferta, ímpar no panorama nacional. Para além de uma exposição sobre os 45 anos revolução dos cravos e de outra sobre a indústria da cortiça, o Espaço Central vai receber vários debates sobre diversos aspetos da vida do país.

O incontornável CineAvante! traz aos espetadores filmes e documentários como “As armas e o povo”, do Coletivo de Trabalhadores da Actividade Cinematográfica, “Raiva”, de Sérgio Tréfaut, “Terra Franca”, de Leonor Teles, e “Gaza”, de Julio Perez del Campo e Carlos Bover Martínez.

Este é também ano de bienal de artes plásticas onde, para além da exposição de vários trabalhos, vai ter destaque a obra de José Santa-Bárbara, cuja atividade se multiplicou por diversas expressões artísticas.

Os visitantes podem ainda percorrer o Espaço Ciência e acompanhar a exposição central que celebra os

20 anos da Estratégia Nacional de Combate às Toxicodependências com o tema “Adições e Dependências”, que será abordado sob diversos ângulos e através de uma programação diversificada para visitantes de todas as idades.

A Cidade da Juventude é, por sua vez, o ponto de encontro dos jovens e reflete as lutas que travam nas escolas e nos locais de trabalho. Neste espaço, em que a cultura, a animação e o convívio prometem estar presentes, vão realizar-se debates, concertos, workshops e outras atividades.

Provar ovos moles, beber moscatel de Setúbal ou comer posta mirandesa é possível na Festa do «Avante!» onde o país, de norte a sul, passando pelas ilhas, marca presença com a sua gastronomia e artesanato. O mesmo acontece com o mundo, com a presença de stands de vastas regiões do globo. Há ainda espaço para diferentes demonstrações desportivas e uma zona ampla só para crianças, sem faltar as habituais feiras do livro e do disco.

A Entrada Permanente, se comprada até 5 de setembro, tem o custo de 26 euros e dá acesso aos três dias. As crianças/jovens até aos 14 anos (inclusive) não pagam entrada. No exterior do recinto, está instalado o acampamento que possui vigilância, serviço de bar, casas de banho e duches.

Com uma magnífica vista para o Tejo, este evento político-cultural que leva o nome do «Avante!», histórico jornal do PCP, foi criado em 1976, logo a seguir à revolução, e inspirou-se nas festas das publicações comunistas francesa e italiana, L’Humanité e Unità. Passou pela antiga FIL, pelo Jamor, pelo Alto da Ajuda e por Loures antes de estacionar definitivamente no Seixal em 1990.

A Voz do Operário há 100 anos

Analysando os acontecimentos

A situação das classes trabalhadoras, longe de melhorar, agrava-se. Os generos escasseiam no mercado, como no período agudo da guerra. No entanto, tem sido deitadas ao mar toneladas de generos, por estarem estado de putrefacção. As batatas, a que foi fixado o preço de 150 réis o kilo, não se encontram á venda nos estabelecimentos; no entanto, vendedores ambulantes batem-nos ás portas offerecendo-nos esse tuberculo, a porção que quizermos, ao preço de 200 e 240 o kilo, e deitam-se ao mar, por estarem podres, toneladas e toneladas. A carne já encareceu. O peixe continua a ser vendido a preços elevadissimos. O bacalhau está a 1\$300 o kilo. E tudo por esta fórma, aproximando-se o inverno que, no estado a que as cousas chegaram, vae ser terrivel.

A greve ferro-viaria

Ao fim de 59 dias, se não estamos em erro, terminou finalmente a greve dos ferro-viarios. Em boa verdade, devemos confessar que de ha muito tinha ella entrado no seu periodo agonico, devendo-se ainda assim a sua longa duração á tactica seguida de fazer apresentar o pessoal que menos necessario se tornava ao serviço, conservando-se apenas na resistencia, desesperada aquelle que mais falta fazia, como o das machinas e algum outro em condições identicas. Realmente, a classe ferroviaria manteve-se com brio, defrontando-se aliás com as maiores difficuldades, suggeridas pela intransigencia da Companhia, forte com o apoio incondicional que o governo lhe deu. A sua reentrada ao serviço não a deshonra. Mereceria porém a pena uma tanha resistencia, para afinal se chegar á mesma solução que logo de principio tinha sido apontada como base para a transigencia?

Na nossa humilde opinião, o desfecho não correspondeu á grandiosidadeda lucta. E’ um epilogo por demais pequeno para obra de tão grande folego.

Em todo o caso, convimos, a empresa capitalista sae mal ferida da campanha, que lhe occasionou fortes prejuizos, podendo o pessoal, ao render-se, reclamar para si as honras de guerra, posto que se soube manter com altivez em face da coligação natural do dinheiro e do poder.

7 de setembro de 1919